

= P R O J E C T O =

/ REGULAMENTO INTERNO /

DA

CONFERÊNCIA DOS MINISTROS

RESPONSÁVEIS PELO DESPORTO

DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

PROPOSTA ELABORADA PELA GUINÉ-BISSAU - ABRIL/92

= REGULAMENTO INTERNO =

CAPÍTULO - I

DISPOSIÇÕES COMUNS À REUNIÃO DOS
PERITOS E DOS MINISTROS

ARTIGO 1º - O presente texto é redigido em complemento ao estatuto, determina as regras e as modalidades de administração interna das estruturas da Conferência Permanente dos Ministros Responsáveis pelo Desporto de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S.Tomé e Príncipe.

LISTA DE PRESENÇA

ARTIGO 2º - Antes da abertura das Sessões, deve-se proceder à elaboração de uma lista de presença devidamente assinada pelos membros presentes. Essa lista é anexada ao documento final da reunião dos Ministros.

SESSÕES SOLENES DE ABERTURA E DE ENCERRAMENTO

ARTIGO 3º - As Sessões de trabalho propriamente ditas podem ser precedidas de uma Sessão Solene de Abertura e seguidas de uma Sessão Solene de Encerramento, à iniciativa dos organizadores do país anfitrião e em colaboração com o Secretariado da Conferência.

SESSÕES DE TRABALHO - PARTICIPAÇÃO

ARTIGO 4º - As Sessões de Trabalho são numa em regra geral realizadas à porta fechada.

Todavia a instância interessada pode admitir a participação de uma pessoa convidada de qualidade reconhecida.

SUSPENSÃO OU ANULAÇÃO DA SESSÃO

ARTIGO 5º - Ao longo dos debates, todos os membros podem pedir a Suspensão ou Anulação da Sessão ou ainda o Encerramento do Debate sobre um ponto em discussão.

As Moções nesse caso não devem ser objecto de um debate, eles são imediatamente postos à votação pela seguinte ordem:

- a) - Suspensão da Sessão;
- b) - Anulação da Sessão;
- c) - Adiamento do debate sobre o ponto em discussão.

PARTICIPAÇÃO

ARTIGO 6º - São admitidos a participar na Reunião da Comissão dos Peritos as seguintes personalidades:

- Os Delegados dos Países membros à razão de dois Peritos no máximo por País;

- Os Membros do Secretariado da Conferência;
- Os Presidentes das Uniões Federativas;
- Os Representantes do C.O.I., das Conferências Desportivas e das Uniões Continentais residentes no País Anfitrião;
- Os convidados de qualidade reconhecidos.

ARTIGO 7º - São admitidos a participar na Reunião dos Ministros:

- O Presidente da Conferência;
- Os dois Vice-Presidentes;
- Os Ministros Responsáveis pelo Desporto dos Países membros;
- Os membros da Comissão dos Peritos.

ARTIGO 8º - Os Representantes das Agências de Imprensa, Jornalistas e Fotógrafos são admitidos nas Sessões de Abertura e de Encerramento das Reuniões.

ORDEM DO DIA

ARTIGO 9º - A Ordem do Dia provisória de uma Sessão ordinária comporta obrigatoriamente os seguintes pontos:

1. A discussão e aprovação da ordem do dia proposta;
2. A mensagem de orientação do Presidente;
3. Mensagens dos Chefes das Delegações;
4. O Relatório da Comissão de Peritos;

5. O Relatório da Comissão de Controle;
6. A análise do programa de actividades;
7. A discussão de todas as questões cuja inscrição foi retida pela reunião;
8. A escolha do local e a data da próxima reunião;
9. Diversos.

PRESIDÊNCIA DA REUNIÃO DOS MINISTROS E
DA COMISSÃO DOS PERITOS

ARTIGO 10º - As Reuniões da Comissão dos Peritos são presididas por uma personalidade designada pelo país onde se realiza a reunião.

O seu papel consiste em dirigir os trabalhos devendo cessar no termino dos mesmos.

ARTIGO 11º - A Reunião dos Ministros é presidida segundo as disposições previstas nos artigos 14 e 15 do estatuto .

ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA

ARTIGO 12º - Para além dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto e o presente Regulamento Interno, o Presidente anuncia a Abertura e o Encerramento das Sessões.

Ele dirige os debates, assegura a observância do presente regulamento, dá a palavra, submete à voto

as questões em discussão dando palavra aos interve^unientes e anuncia as decisões e os resultados dos votos. Ele pronuncia-se sobre os pontos de ordem e toma todas^{as} disposições necessárias ao bom desenrolar das Sessões.

ARTIGO 13º - Em caso de impedimento perante toda ou uma parte de uma Sessão, o Presidente é substituído por um dos Vice-Presidentes pela ordem da pré-sessão definida no artigo 15 do estatuto.

DEBATES - LISTA DOS INTERVENIENTES

- ARTIGO 14º -
1. Ao longo dos debates, os membros não podem usar da palavra sem que a tenham obtido do Presidente que inscreve os oradores por ordem de solicitação.
 2. Quando nenhum membro pede mais o uso da palavra, o Presidente faz uma leitura da lista e declara-a fechada.
 3. Uma segunda lista pode ser aberta em caso de necessidade, sobre o mesmo ponto de discussão.
 4. O mesmo orador não pode obter a palavra uma segunda vez antes dos outros oradores inscritos usarem do seu direito.
 5. Os Representantes e os observadores mencionados no artigo 8 do estatuto podem tomar a palavra depois de terem obtido o consentimento do Presidente.

PONTO DE ORDEM

ARTIGO 15º - A palavra é acordada pelo Presidente e qualquer membro que a solicita por um apelo ao regulamento ou por um ponto de ordem.

LIMITAÇÃO DO TEMPO DO USO DA PALAVRA

ARTIGO 16º - Em certas circunstâncias pode-se decidir a limitação do tempo de uso da palavra qualquer que seja a questão em discussão.

Em caso de algum membro ultrapassar o tempo de uso da palavra estabelecido, o Presidente chama-lhe a atenção e pode-lhe retirar a palavra.

LÍNGUA DE TRABALHO

ARTIGO 17º - A Língua de Trabalho da Reunião da Conferência é o Português.

CAPÍTULO - II

DISPOSIÇÕES PARTICULARES

PROCEDURA DE CONSULTAÇÃO E FIXAÇÃO DOS LOCAIS E DATAS DAS REUNIÕES ESTATUTÁRIAS

ARTIGO 18º - A designação do local e a fixação da data de uma reunião estatutária efectua-se sómente com o seguinte procedimento:

1. O país que deve acolher a Reunião dos Ministros é designado após a última reunião.
2. Os outros encontros terão lugar num país membro da Conferência sob solicitação das instâncias consernentes e com o acordo do país anfitrião.
3. A data fixada de comum acordo entre a instância que solicita e o país anfitrião.
4. A estrutura que solicita a reunião determina com o país anfitrião as disposições a ter em conta no quadro:
 - De acolhimento, alojamento e transporte local dos Delegados;
 - Do pessoal necessário ao funcionamento do Secretariado.

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

ARTIGO 19º - Para as Sessões Extraordinárias da Reunião dos Ministros, a data e o lugar serão definidos pelo Presidente à luz dos resultados de consultação e das deligências antecipadas.

ARTIGO 20º - No intervalo das Sessões, logo que uma decisão requira o parecer dos países membros, o Presidente consulta-os por correspondência.

ORGÃOS SUBSIDIÁRIOS OU COMISSÕES

ARTIGO 21º - 1. A Reunião dos Ministros ou a Reunião dos Peritos podem em caso de necessidade, criar comissões especializadas.

2. Elas elegem um Presidente e um Secretário.

SECRETARIADO

ARTIGO 22º - O Secretariado da Reunião dos Ministros é assegurado pelo Secretariado da Conferência.

Todos os documentos destinados aos membros devem estar disponíveis e distribuídos atempadamente.

ARTIGO 23º - Por ocasião da Reunião dos Ministros, o Secretariado suporta as despesas de transporte dos Presidentes das Uniões Federativas.

ARTIGO 24º - A Direcção da Conferência pode confiar as missões a um dos seus membros ou a qualquer outra pessoa com competência reconhecida .

RECOMENDAÇÃO - RESOLUÇÃO - ALTERAÇÕES

ARTIGO 25º - 1. As propostas de emendas às recomendações e moções, são transmitidas por escrito ao Secretariado que as comunica na Reunião de Peritos para aprovação.

2. A Comissão dos Peritos os submete por adopção à Reunião de Ministros.

3. Se uma ou mais ementas são adoptadas, o conjunto das propostas modificadas é em seguida, posta a votação e adoptada por maioria simples.
4. As resoluções, recomendações e moções adoptadas engajam imperativamente os países ou organizações membros. Elas entram em vigor logo após a reunião.
5. A Reunião dos Ministros adopta um relatório final sobre os resultados dos seus trabalhos.

Este relatório contém todas as decisões tomadas, faz função de acta dos trabalhos e tem valor de resoluções.

VOTO

- ARTIGO 26º - 1. A Delegação de cada Estado membro dispõe de uma voz no decurso da Reunião dos Ministros.
2. As decisões são tomadas sempre que enquanto possível por consenso e em caso de voto pela maioria simples de votos.
 3. Os votos são feitos de mão levantada salvo em caso de eleições que são votadas através de Boletim Secreto.
 4. Em caso de duvida quanto ao resultado de um voto feito de mão levantada o Presidente pode proceder a uma segunda votação através duma lista nominal; A isto procede-se uma vez solicitado pelo menos dos membros antes do início do escrutínio.

AS UNIÕES FEDERATIVAS

ARTIGO 27º - Os membros da Direcção de uma União Federativa são eleitos em Assembleia Geral e conforme os seus estatutos.

ARTIGO 28º - Em caso de impasse de um voto por uma razão qualquer, a Direcção cessante continua a exercer as suas funções, até a tomada de uma decisão pela mais próxima Reunião de Ministros.

ARTIGO 29º - Por ocasião de manifestações organizadas pelas uniões Federativas ou por um país membro da Conferência o seu hino será executado e hasteada a sua bandeira em todos os locais de manifestação.

MODIFICAÇÕES

ARTIGO 30º - Sob proposta e recomendação da Direcção ou de um país, a Reunião dos Ministros pode alterar o presente Regulamento Interno, por maioria simples dos seus membros.

Adotado em _____ a _____ de _____ 19 ____.

A Conferência